

# De onde falar do signo

M. TERESA AMADO \*

Quando Saussure chega à caracterização da língua como «instituição social» e a particulariza depois como «sistema de signos» para a distinguir das outras instituições, encontra-se perante uma série bastante diversificada de sistemas de signos que a linguística não pode tomar por objecto. Esta aparece então sob a sua verdadeira luz, como modestamente «parte» da ciência geral que estudará «a vida dos signos no seio da vida social» e que deverá chamar-se «semiologia». Será curioso assinalar que, noutra lugar do *Curso de Linguística Geral*, no seguimento da afirmação de que os «signos puramente arbitrários» (como os linguísticos) têm um valor semiológico *intrínseco*, Saussure conclui que «a linguística pode tornar-se o padrão geral de toda a semiologia, ainda que a língua seja apenas um sistema particular». Direcção que, a um outro nível de análise, será retomada por Barthes, como se verá adiante.

No ponto de aparecimento da «ciência dos signos» costuma considerar-se também o papel de Pierce, lógico americano a quem primeiro se deve o estudo da semiótica («semiotics») como ciência, o qual forneceria os princípios de classificação rigorosos da sua ciência. Mas o alcance da possível contribuição de Pierce não está ainda bem estabelecido. Se é certo que al-

guns estudos actuais de semiótica literária reivindicam a utilização de categorias e de modelos lógicos, suponho que isso não baste para estabelecer uma ligação entre as duas ordens de factores.

Posteriormente a Saussure houve, a par de um desenvolvimento da linguística num sentido cada vez mais formalizante e mais alheado dos problemas ligados à significação (à «semântica»), diversos esforços, não coordenados, de realização de estudos semiológicos. Entre estes, há os que se aproximam mais dos métodos descritivos da linguística, abordando sistemas simbólicos não linguísticos *como se* fossem linguagens; há os que integram o contributo da cibernética, da teoria da informação, para estudar sistemas baseados na linguagem mas diferentes dela; uns e outros debruçam-se muito mais sobre o sistema e o seu funcionamento do que propriamente sobre processos específicos de significação. Finalmente, ligados à corrente estruturalista, desenvolvem-se em França estudos de sistemas e de formas sociais que se organizam e comportam *como* linguagens (Lévi-Strauss, Barthes), e estudos específicos de formas literárias (Barthes, Greimas, Todorov). A análise estruturalista é ainda, e inevitavelmente, essencialmente descritiva. Talvez por isso mesmo e para escapar à hegemonia da linguística, os sis-

\* Assistente na Faculdade de Letras de Lisboa.

temas e as formas sociais por ela abordados são, ao contrário do que Saussure aconselhara, aqueles em que se observa uma relação mais simbólica que significativa, isto é, não totalmente arbitrária, entre significante e significado.

A teoria do signo, que funcionara para Saussure como indicador do lugar vago a preencher pela nova ciência, será precisamente o ponto cuja reflexão, conduzindo a uma crítica do conceito estabelecido, servirá para relançar a pesquisa semiótica numa outra perspectiva.

As sucessivas brechas que vão retalhando o bloco de definições linguísticas, de aparência inicial tão sólida, não deixam que o projecto saussureano se realize no simples seguimento das suas indicações.

A relação de «arbitrariedade» (ou melhor dito, de imotivação) que une o significado ao significante é submetida por Benveniste a uma revisão mais analítica da própria natureza do signo, e deslocada para o exterior deste, ou seja, para o seu ponto de encontro com o referente. Parece de facto ser esta a única maneira de entender a constituição dicotómica do signo e os seus dois «termos psíquicos». No entanto subsiste o caminho aberto para que, através do afastamento gradual mais ou menos insensível entre o som da «imagem acústica» e o conteúdo do «conceito», se instale uma concepção da língua que em nada renegue o idealismo. E de novo seria então difícil pensar a língua como «sistema» e como «estrutura».

A separação que Saussure estabeleceu entre língua e fala indicou sem dúvida à linguística com um rigor inédito o seu campo de acção e o modo como poderia avançar com firmeza. Mas olhar para elas uma de cada vez impedia-o de ver na totalidade o verdadeiro fenómeno, quer dizer, a linguagem. Aqui resultará, por exemplo, a falta de clareza que rodeia a noção e toda a problemática do significante: como elemento do signo encontra-se no sistema da língua e tem natureza psíquica (imagem acústica); mas quando actualizado na fala é som e estímulo auditivo, produzido por uma série de movimentos articulatorios (natureza duplamente

física). Por outro lado, se o signo é dado como a unidade mínima significativa, a realidade é que a significação se produz no discurso em unidades mais complexas. (E não basta, portanto, reconhecer que as palavras significam no contexto e por meio de diferenças, é preciso seguir até ao fim as consequências desse raciocínio). Se se juntar a esse funcionamento o fenómeno da polissemia, não será difícil de constatar que fica muito abalada a coerência da noção unitária do signo. Ao mesmo tempo, percebe-se como deste aparente equilíbrio se desprende uma oscilação que foi contribuir, em correlação com outros factores de ordem histórico-cultural, para nobilitar o significado em detrimento do significante. Não é senão a partir da afirmação de que «toda a linguagem é discurso», que é do mesmo passo a afirmação da presença do sujeito em toda a ocorrência de linguagem, que a semiótica deixa de falar em língua, sistema de signos, para falar em linguagem e linguagens, sistemas de signos.

É justamente de linguagem e não de *uma* linguagem, como diz Barthes (*O Prazer do Texto*), que é feito o tecido do texto. A partir daí o texto «literário» será o objecto abordado pela teoria e pela crítica semióticas que definitivamente se separarão da linguística e da restante actividade semiológica. Mas é necessário notar que, se se pode chamar a esta semiótica «literária» para a distinguir do que ela não é, este epíteto não recobre um reconhecimento da literatura enquanto «conceito historicamente determinado» em suas implicações culturais e estéticas, mas o de uma «prática semiótica particular que tem a vantagem de tornar mais perceptível que outras a problemática da produção de sentido» (Kristeva). «Por outras palavras, a problemática específica da escrita liberta-se maquiçamente do mito e da representação para se pensar na sua literalidade e no seu espaço» (Sollers). E é justamente em certos textos modernos do século XX que se pode encontrar integrada na própria prática escritural a manifestação da produtividade, do processo da produção de sentido anterior ao sentido.

Quando privilegia como *corpus* determinados textos<sup>1</sup>, a semiótica sabe que os modelos aí elaborados fornecerão outros tantos pontos de partida para a reflexão sobre as outras práticas sociais de que a «literatura» é apenas mais uma. Assim, e ainda que por caminho um tanto desviado, vai encontrar-se de novo a realidade que Barthes pressentiu em parte ao dizer que a semiologia era a «parte da linguística» que estudava «as grandes unidades significantes do discurso», ou melhor, que todo o sistema (ou prática) significante terá de ser observado, analisado, descrito, «modelado», a partir dos resultados obtidos por idênticas operações realizadas sobre a linguagem verbal. Só que, se é verdade que a «língua» é estudada na linguística, por um lado esta não tem em conta a totalidade do fenómeno da linguagem, como se viu, e por outro lado a produção do texto dita *escrita* não poderá senão ser encarada como translinguística. Daí que os modelos a utilizar pela semiologia das outras práticas sociais sejam os mesmos que elabora, num primeiro tempo, não a linguística, mas a *semanálise*<sup>2</sup>.

Ao focar o conceito de escrita convém seguir o olhar demorado e rigoroso de Jacques Derrida. Introdutor das noções de «grama» e de «traço», autor de *De la grammatologie* que teoriza (e se constitui em) um novo discurso sobre a escrita, produtor desse pensamento que não é um conceito nem uma palavra e se deixa dizer como «différance»<sup>3</sup>, Derrida coloca-se numa instância filosófica de crítica do signo (do sentido), procurando pensá-lo verdadeiramente contra (mantenho neste termo a possibilidade de significar a deslocação de um contorno sobre um fundo) o pensamento metafísico. Discurso sobre a letra *a*, o texto *La différence* («Je parlerai, donc, d'une lettre.» é a frase que o inicia)

<sup>1</sup> Voltarei adiante às propostas que esta escolha envolve.

<sup>2</sup> *Semanálise*, análise semiótica e semiótica literária (ou semiótica apenas) são termos que se equivalem, pelo menos no léxico de J. Kristeva, a quem tomo aqui como principal referência.

<sup>3</sup> Poderia arriscar a tradução «diferância» mas prefiro poupar-nos a todos esse sacrifício e manter a forma francesa. Esta invoca aqui os dois sentidos, já latinos, do verbo «diferir»: diferenciar(-se) e adiar.

traça o percurso de uma reflexão que, a partir de alguns enunciados de Saussure e de uma deslocação do eixo metonímico da sua leitura, elabora «estrategicamente» a escrita como «jogo de diferenças» de que o *a* é para sempre indicação. «Estrategicamente»: «nenhuma verdade transcendente e presente fora do campo da escrita, pode comandar teologicamente a totalidade do campo». Nem origem nem finalidade, deste puro jogo poderá dar-se como expressão *filosófica* a «unidade do acaso e da necessidade num cálculo sem fim».

Trata-se pois de actualizar a possibilidade sugerida por Saussure mas logo *censurada* pelos pressupostos do pensamento dualista e oposicional, de tirar todas as consequências do facto de que «na língua não há senão diferenças», de que «na língua não há senão diferenças sem termos positivos», de que «a língua não comporta ideias nem sons que preexistam ao sistema linguístico, mas apenas diferenças conceptuais ou diferenças fónicas saídas desse sistema» (Saussure). O jogo da diferença que assim é evidenciado (embora Saussure não tenha arriscado uma tal figura pois de facto só o termo «sistema» se aplicava à noção de signo «positivo» como totalidade, face a um significado e um significante «puramente diferenciais e negativos» tomado cada um isoladamente) é necessariamente silencioso, a diferença entre dois fonemas «qui (...) les donne à entendre, à tous les sens de ce mot» (Derrida de novo) permanece inaudível.

Daqui se tira uma primeira conclusão: é que nem a fala (se a possibilidade de significação reside, como diz Saussure, na diferença dos fonemas e se esta é inaudível, é porque a própria voz, o próprio som («phoné») comporta silêncios), nem a escrita, que não só admite sinais não-fonéticos (pontuação, espaços, etc.) como contém diferenças gráficas sem correspondência na fala (o *e* e o *a* em «différance», são puramente fonéticas. Mais: a diferença entre o *e* e o *a* requer que um discurso oral e um texto escrito sobre a «différance» se acompanhem sempre mutuamente, pois não há representação sonora possível de uma *diferença* que tão-pouco

pode representar aquilo que diz, ou seja, o silêncio que a suporta. Estabelece-se assim uma relação nova entre a fala e a escrita, liberta da primazia concedida àquela e da própria oposição que as definia, sendo ambas percorridas pela «*différance*» como «espaçamento» (tornar-se espaço do tempo): numa e noutra há silêncio, *ausência*, sem que se possa dizer que o é de uma presença (a diferença é um *entre* que nenhum termo pleno pode substituir).

O signo assinala também uma ausência, mas representa o presente dessa ausência — e é sem dúvida aí que ele é «positivo» — será pois «a presença diferida», impedida e mediada ao mesmo tempo. E necessário se torna então pensar algo que é ponto de partida (origem) do signo e algo que é ponto de chegada (que a mediação visa). Mas teríamos um signo irremediavelmente «segundo» e «provisório», o que não é satisfatório. Ora, é a própria tentativa de tirar ao signo o «carácter de secundariedade provisória de substituto» que acarreta a impossibilidade de continuar a admitir-lhe o conceito, pois que o contrário obrigaria a considerar o diferir como origem e como fim. A partir, portanto, da própria estrutura clássica do signo, chega-se aqui ao pensamento da «*différance*» como «temporização» (tornar-se-tempo do espaço).

Se a posição do sujeito face à língua exige que, para falar, ele tenha que sujeitar a sua fala às regras da língua que «não é função do sujeito falante» (Saussure), que ele tenha portanto que sujeitar a sua fala às diferenças que constituem o sistema; se esta sujeição tem forçosamente de processar-se como um jogo rodeando o jogo das diferenças na língua, em que o silêncio e a voz praticam a retenção e a propulsão, a mostra e a ocultação, o espaçamento e a temporização das diferenças da língua e da fala à língua; se pois a própria relação da língua à fala é «*différance*», é porque a fala é «uma espécie de escrita *avant la lettre*». Admitindo que isto vale igualmente para os outros processos semiológicos, Derrida propõe «a transformação da semiologia geral em gramatologia», dominada pelo «motivo da *différance*».

«Movimento de jogo que *produz*, pelo que não é simplesmente uma actividade, as diferenças, os efeitos de diferenças», não-origem, não-estrutura, não-história, é o «traço»<sup>4</sup> que poderá constituir a sua marca. Marca é também o «grama», a letra, o elemento gráfico (*e/a*), cuja alternância não fonemática não é por isso menos produtora de alteração significativa<sup>5</sup>, e cuja «*différance*» produz a escrita e é o seu próprio fazer-se num constante suspender da hesitação nunca resolvida, num recuo sempre de novo projectado na proposta, ela própria fragmentada, num avanço nunca dissuadido mas inevitavelmente diferido para o desejo, cujo objecto não está lá, não pode nunca estar senão noutro lugar, porque este é o (não) lugar do diferido e diferente<sup>6</sup>.

Levanta-se aqui, como é fácil de ver, através das relações da escrita à «fala», à «língua» e ao «pensamento», a necessidade de rever o modo de encarar a economia do sentido, estruturalmente ligada à do signo, e a própria topologia do sujeito, tal como a psicanálise a apresenta<sup>7</sup>.

(Inerente a esta problemática é também a dificuldade de pensar filosoficamente a diferença entre o «ser» e o «sendo», entre a «presença» e o «presente», em torno da qual se dispõem as bases da metafísica. Recolhendo em Nietzsche e em Freud o que neles encontra de crítica à «consciência segura de si», Derrida vai relevar no espaço aberto por cada uma dessas obras o traçado da «*différance*» formando «a rede que cobre e atravessa a nossa *época* como delimitação da ontologia (da presença)». Mas é

<sup>4</sup> «Trace»: pista, rasto, marca, vestígio.

<sup>5</sup> Como interpretar, então, expressões de Saussure como: «grafias que não têm a mínima razão de ser», «grafias irracionais», «as inconseqüências da escrita», «a tirania da letra... à força de se impor à massa, ela influi na língua e modifica-a... trata-se de situações verdadeiramente patológicas», senão como determinação expressa de ignorar a realidade da escrita (são «ficções»), de lhe negar mesmo o direito à «sincronia» como corolário da sua exclusão da «linguagem»?

<sup>6</sup> Daí que Barthes não possa falar do «prazer do texto» senão como «prazer do jogo» e «prazer da perda».

<sup>7</sup> Vd. adiante neste trabalho, e Ph. Sollers, *A escrita, função de transformação social e Psicanálise e Semiótica* (na «Antologia» deste número de *Análise Psicológica*).

sobretudo a leitura do texto de Heidegger que lhe permitirá avançar com mais confiança na hipótese de uma viragem pós-metafísica, em cuja direcção indica a convergência do seu próprio texto. Não pretendo de maneira nenhuma entrar pela análise da pertinência ou da eficácia de uma tal tentativa, para a qual me faltam em absoluto os meios. Apenas a refiro porque, a ser pertinente e eficaz, parece-me que não restam dúvidas quanto à importância que daí decorreria para a percepção não só da história da filosofia como do *presente* da nossa época.)

O trabalho de Derrida apresenta um radicalismo filosófico que não se pode evidentemente praticar na leitura e análise de qualquer texto (os autores que ele próprio aborda são, por exemplo, Foucault e Artaud, nos quais os limites entre linguagem e não-linguagem são, como objecto e experiência respectivamente, temas centrais). Nem é disso que se trata. Mas as linhas de força que ele aponta para a reformulação do conceito de escrita estão indubitavelmente no horizonte da actividade do grupo *Tel Quel* que tem produzido alguns dos mais importantes e dos mais inovadores estudos ligados à nova teoria do texto (prova de uma e outra afirmação são os textos publicados na «Antologia» deste número para que remeti atrás).

Vou retomar agora alguns dos pontos essenciais da teorização de Julia Kristeva (membro do dito grupo e talvez a sua mais consistente, e mais produtiva, teórica) que foram aflorados atrás.

Foi apontado que a produção do texto corresponde a uma prática translinguística. Kristeva explicita esta afirmação: ela faz-se através da língua mas não nela. Ou seja: o texto utiliza a língua, as categorias e a ordem que nela existem, mas para as «redistribuir», sendo portanto irredutível a elas (viu-se atrás como Derrida ultrapassa o conceito de língua *absorvendo-o* no de escrita). Prática translinguística também enquanto prática semiótica (ou *significante*): não aceita a regra do código, a relação unívoca que define o *signo*, porque se tece (texto/tecido) como processo de significação, como signi-

ficação em processo, como «produtividade». Não só o significado não existe como pólo oposto do *significante* porque *todo o significado é sempre já significante*, como o jogo das diferenças ao nível do *significante* tanto no interior da palavra como nas suas irradiações associativas é ilimitadamente múltiplo, como num caleidoscópio (a imagem é de Joyce). Deixa portanto de ser o «sentido» que se procura, tanto ao escrever como ao ler (aliás a distinção entre estas duas formas de relação ao texto torna-se muito ténue quando se trata de análise semiótica), porque o sentido não está lá. O *lá* do sentido, da verdade, deixa de ter crenças que o demandem.

Barthes diz, a propósito de uma novela de Balzac: «interpretar um texto não é dar-lhe um sentido, é apreciar de que plural ele é feito.» Essa apreciação fá-la ele através da análise dos efeitos que produz no texto a aplicação de uma rede de códigos (registos, vozes) que não formam uma estrutura ou um paradigma, mas são antes linhas de leitura (escrita) que, vindo de fora do texto, nele entram para tornarem a sair e depois regressarem, segmentando-o pelo seu próprio cruzamento, traçando uma digressão cujas pistas estão indicadas, mas nunca se encontram completas ou simples<sup>8</sup>. Leitura verdadeiramente produtiva, põe em evidência o texto como espaço de intersecção de diversas «vozes» em polifonia, de cuja escuta detalhada, «estereofónica», resulta a possibilidade de aproximação da complexa *estratificação* da linguagem inerente à escrita.

As sequências em que o texto é fragmentado pela análise e que os códigos pluralizam como outras tantas vezes *off* que as *orientassem* de diversos ângulos, são assim religadas a todo o «já escrito», «ao Livro (da cultura, da vida, da vida como cultura)» (Barthes). O texto que se lê, contido nos limites do volume que começa na primeira página e acaba na última, é assim um inter-texto, de que «a única lei é ser infinitamente retomado».

<sup>8</sup> Cf. R. Barthes, *S/Z* (de novo a alternância da letra).

O conceito de intertextualidade é detidamente elaborado por Kristeva como o ponto de partida possível para situar o texto, todos os textos, não nos limites fictícios de uma subordinação ao género que a retórica normativa (detentora de uma *verdade* estética) definiu, mas na cultura de que fazem parte e que deles faz parte. Por outras palavras, os enunciados que se cruzam no espaço do texto para o constituir encontram-se também noutros textos (noutras práticas semióticas, não só «literárias»), e para eles remetem em retorno, fornecendo-lhe assim «as suas coordenadas históricas e sociais» (Kristeva).

É nestas bases que a semiótica pode tentar abordar, por exemplo, o estudo do romance, cujo estatuto textual sempre levantou grandes dúvidas e interrogações, o que levou normalmente a que a análise se fizesse apenas do lado da «narrativa». Ora, a análise da articulação do texto romanesco como totalidade acabada, com todos os *exteriores* que nele incidem, permite pôr em evidência um facto que tem a sua correspondência na cultura dos séculos em que o romance se desenvolve: a saber, a hipóstase da escrita (do que no romance é sempre tratamento «literário» da narrativa) operada pelo romance burguês, que não se encontra ainda no romance imediatamente pós-medieval, em que há pelo menos um espaço para a *expressão* do discurso, e que o romance moderno volta a desmontar, agora já com uma consciência instruída do que aí se implica.

Esta distância entre o romance do século XX e o anterior vai-se abismar, até surgirem textos que só por inércia se podem abranger numa tal designação. A semiótica literária, para lá de acompanhar alguns aspectos do pensamento de determinadas ciências humanas e exactas (lógica, matemática), responde de facto à provocação de uma certa produção literária a partir do princípio do século, como já sugeri. Quero falar dos textos eminentemente «modernos» de Mallarmé, Lautréamont, Artaud, Kafka, Bataille, Joyce. Abordar textos-limite, textos na margem da morte (dupla morte da linguagem e do sujeito) permite não só contactar com a prá-

tica das mais inovadoras hipóteses teóricas, como, no que ela as excede, retirar matéria para novas modelagens e formulações.

Não pode imaginar-se mais violenta experiência da «vontade de sentido» anterior ao sentido nem mais total desestruturação do circuito psíquico aí pressuposto (mantendo a faculdade de a significar) que as de Artaud, é impossível levar a intertextualidade e o jogo do significante mais longe que Joyce. No texto clássico (Barthes fez disso a comprovação), a pluralidade, a intertextualidade existem, mas modestamente. Aqui não existem apenas, são praticadas, o texto não se limita a deixar-se tomar do jogo, é ele que o diz e o dá a ver (o jogo começa na própria duplicidade da matéria escritural, audível e visível, como mostra Derrida).

Na poesia e na obra teórica de Mallarmé, Kristeva situa o momento da grande ruptura. A descrição de Mallarmé do «produtor» do texto como um «chefe de orquestra» que só mostra as costas, do texto saído de um «idioma gerador», uma «infinidade de significantes» (Kristeva) particularizada em cada texto e sensível na infinidade de sentidos condensada em cada palavra, impedem por completo a sua leitura sem uma considerável renovação dos métodos utilizados e da proposta analítica em si mesma. É a propósito do poema *Un coup de dés*, de Mallarmé, que Kristeva apresenta um modelo de análise que se destina a encontrar, através do texto tal como aparece traçado no papel, o «feno-texto», as marcas do processo que o engendra, o «geno-texto». Este seria assim um nível (reconstruído abstracta, teoricamente) de funcionamento da linguagem poética onde tem lugar o jogo infinito das diferenças, o engendramento do sentido, isto é, a «significância», «irreduzível à estrutura engendradora, produtividade sem produto».

A significância é, assim, o processo da significação anterior ao sentido produzido. Para a analisar no texto, será preciso «atravessar o significante com o sujeito e o signo, mais a organização gramatical do discurso, para atingir a zona onde estão reunidos os germes do que *significará* na presença da língua». A manifes-

tação do geno-texto no feno-texto (que por ele é imediatamente ilimitado) e, permeando a transposição de um no outro, o jogo da significância, são as características que definem, segundo Kristeva, o «texto». Como se calculará, poucos são os textos clássicos que satisfazem estas condições, sendo a elas obstáculo essencialmente dois pontos: a representação, indissoluvelmente ligada ao signo, e a posição do sujeito.

A um dado momento dos estudos da linguagem, a possibilidade de lhes aplicar a teoria psicanalítica do sujeito provocou um salto muito importante. Como aponta Kristeva, foi a única via de abandono da concepção cartesiana que continua a dominar a linguística generativa. A noção de discurso foi consideravelmente enriquecida, e a linguagem libertou-se do perigo, que chegou a estar quase iminente, de ser deixada por conta das teorias da comunicação. Foi ainda mais determinante para fornecer pistas que dessem acesso a vários tipos de fenómenos de *desvio*: poesia, (escrita automática), sonho, delírios, etc. ...

No que toca mais especificamente à escrita, o facto de Freud ter estudado a «linguagem do sonho» teve importância decisiva, na medida em que permite seguir a descrição de funcionamentos significantes não produtores de «sentido» (o sonho é também um texto plural) e portanto aplicar o que aí é observado à prática significante da escrita. (Na própria medida em que texto e escrita são também praticados pelo sonho.)

Mas o aprofundamento dos estudos sobre a produção do texto deparou a certa altura com a necessidade de modificar o lugar concedido à instância do sujeito. Se a tónica é posta no processo e no jogo, não se vê como incluir aí a *entidade* que o sujeito pressupõe. «No geno-texto o sujeito não está, pois que está sempre a fazer-se — a constituir-se — pelo significante como jogo de diferenças (de marcas)» (Kristeva) (notem-se as ressonâncias, mais uma vez, do discurso de Derrida). E ao falar de Artaud como «sujeito em processo», Kristeva explica que tem que prescindir do discurso psicanalí-

tico porque «a censura e o sujeito que ela instala [segundo a psicanálise lacaniana] não se comportam segundo uma lei universal»<sup>9</sup> e no caso concreto que a ocupa, não são verificáveis.

No entanto Freud permanece como um dos pensamentos mais fecundos para os estudos e desenvolvimento da semiótica actual. Simplesmente, as linhas de fecundação não passam pela teoria do sujeito (muito menos pela aplicação à leitura de textos da simbologia freudiana, de que Barthes fez uma tentativa, mas não reiniciou). É assim que as incursões de Freud no campo da crítica literária são tratadas com a distância e a discriminação que o seu conceito de «criação literária» não pode deixar de suscitar, inserido como está numa tradição cultural que, à falta de uma teorização verdadeiramente centrada no literário como linguagem, deixa irremediavelmente *à volta* desse centro todos os que não o têm como lugar próprio, ou seja, para quem escrever é actividade de substituição. São, porém, objecto de atenta e activa leitura as partes da sua obra que mais se ocupam da descrição dos funcionamentos psíquicos, do jogo das várias instâncias não-conscientes, da relação memória/consciência, etc., porque é aí que com maior probabilidade se encontrarão revelações quanto à deriva da «linguagem de antes das palavras» (Artaud). O estudo da linguagem do sonho inclui-se aqui, na medida em que a «linguagem» dos sonhos é descrita sem topologia, como «transformação». Se encontramos pois um ensaio de J.-L. Baudry sobre *Freud et la «création littéraire»* na linha que indiquei acima, Derrida releva, em textos diferentes, elementos que lhe permitem destacar uma ligação mais que acidental entre *Freud et la scène de l'écriture*.

Kristeva retoma a noção do «trabalho» com que a terminologia freudiana define o conjunto das operações que produzem o conteúdo manifesto do sonho, aplicando-o à produtividade textual. Ao mesmo tempo traz à focagem deste aspecto a contribuição de Marx ao analisar o papel do trabalho na «produção», cuja impor-

<sup>9</sup> Vd. Sollers, *Psicanálise e Semiótica* (idem).

tância ele pela primeira vez realça. Sem deixar de apontar as limitações da análise de Marx, decorrentes do facto, para ele inevitável, de ser o sistema capitalista que lhe fornece o contexto, Kristeva releva os possíveis indícios do que *podia ser hoje* (tomando em conta o que de diferente disso se pode entrever) o seu seguimento. Surgiria então o trabalho como relação entre um «corpo» e um «dispêndio», trabalho/produção desligado do produto, portanto não sujeito ao valor de troca, de circulação. A correspondência entre o papel do signo na circulação do sentido e o do dinheiro na circulação dos bens, e entre as críticas respectivas, tem sido reflectida por alguns autores, entre eles Derrida.

É ainda relativamente ao modo de conceber o sujeito que Kristeva introduz outro tipo de crítica à posição de Marx, que a leva de resto a *reler a leitura* que este faz do texto de Hegel: para o marxismo, o sujeito «é um átomo (em última análise inexistente) em relação com outros no interior do processo objectivo», o sujeito é pois excluído do processo e da contradição cujo dinamismo afecta apenas o social, manifestando-se na luta de classes. E aqui, mais uma vez, é posta a hipótese de uma complementarização das descobertas freudiana e marxista relativas ao sujeito.

Assim, possivelmente mais que a psicanálise e o marxismo, encarados sobretudo como componentes ainda que dominantes da época, Freud e Marx continuam a ser para a semiótica o fundo de incidência de sucessivas leituras que renovam, através da variação de ângulo e de registo, as implicações do que delas se desprende. A direcção em que todo este trabalho pretende ir, parece-me caber no título do primeiro texto de Sollers, a que fiz atrás referência.

O problema está em evitar o perigo, o mau gosto e a banalidade de, libertos do «sentido», voltar à «música das palavras». Porque afinal, o lugar de onde se fala, é o lugar onde se vive.

## RÉSUMÉ

*Dès l'annonce de la sémiologie par Saussure comme la nouvelle science que s'occuperait de la vie des signes linguistiques et non linguistiques au sein de la vie sociale, c'est le développement même de la linguistique qui contribue pour en dégager, tandis qu'elle s'en éloigne, de plus en plus nettement le champ et l'objet. Les différentes voies successivement empruntées et abandonnées par les recherches sémiologiques mettent en évidence la nécessité d'une critique rigoureuse de la notion du signe, telle que Saussure l'avait d'abord posée. La sémiotique actuelle voit alors dans les textes littéraires et en spécial les plus modernes, son objet d'étude par excellence. Là où l'écriture met en question la domination de la langue dans le langage et le signe comme principe structurant de tout fait de langage, la sémiotique trouve dans la signifiante comme procès de la signification le véritable mouvement qui soutient toute pratique signifiante. En prenant le groupe Tel Quel comme l'origine d'un des apports les plus importants aux études sémiotiques actuelles, les travaux de J. Kristeva et de Ph. Sollers sont indiqués en rapport avec quelques aspects essentiels de leur théorisation, y compris sa relation aux œuvres de Freud et de Marx.*

## BIBLIOGRAFIA

- BARTHES (1970) — *S/Z*, coll. Points, Seuil, Paris.  
 BARTHES (1972) — *Le Plaisir du Texte*, coll. Tel Quel, Seuil, Paris.  
 DERRIDA — *De la Grammatologie*.  
 DUCROT e TODOROV (1973) — *Dicionário das Ciências da Linguagem*, Dom Quixote, Lisboa.  
 KRISTEVA (1969) — *Recherches pour une sémanalyse*, coll. Tel Quel, Seuil, Paris.  
 KRISTEVA (1972) — «*Sémanalyse et production de sens*» in *Essais de Sémiotique Poétique*, Larousse, Paris.  
 KRISTEVA (1973) — «*Le sujet en procès*», in *Artaud*, coll. 10/18, U.G.E., Paris.  
 SAUSSURE, F. (1976) — *Curso de Linguística Geral*, Dom Quixote, Lisboa.  
 VARIOS (1968) — *Théorie d'Ensemble*, coll. Tel Quel, Seuil, Paris.